



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

Tomada de Preço nº 02/2012
(Empreitada por preço global)

PROCESSO nº 08335.001062/2012-19

Anexo V

CONTRATO Nº XX/2012 – SR/DPF/MS

MINUTA

CONTRATO Nº ____/2012-SR/MS

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS DE REFORMA DA
SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA
SR/DPF/MS, QUE CELEBRAM, ENTRE SI, A
UNIÃO E A _____,
DECORRENTE DO PROCESSO DE Tomada
de Preços Nº 01/2012, SIAPRO Nº
08335.001062/2012-19.**

A **UNIÃO FEDERAL**, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, com sede à Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322, Vila Sobrinho em Campo Grande-MS, inscrita no CGC/MF sob nº 00.394.494/0084-63, neste ato designada simplesmente **CONTRATANTE** e representada pelo seu Superintendente Regional Sr. **EDGAR PAULO MARCON**, Delegado de Polícia Federal, RG 8019.680.811 SSP/RS, CPF 433.571.640-00, residente nesta Capital, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 38, inciso III, do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1.300, de 04 de setembro de 2003, do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Justiça, e a Empresa _____, instalada na _____, _____/MS, CNPJ _____, neste caso designada simplesmente CONTRATADA, representada pelo Sr. _____, portador do RG nº _____, resolvem Celebrar o presente Contrato de acordo com o processo nº 08335.001062/2012-19 – Tomada de Preços nº 02/2012-SR/DPF/MS, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes Cláusulas:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução da Reforma da Subestação de Energia Elétrica da SR/DPF/MS. A presente obra segue os parâmetros especificados nos projetos e planilha de quantitativos fornecidos pelo Departamento de Polícia Federal e as especificações enumeradas no PROJETO BÁSICO (ANEXO I do Edital) e no PROJETO EXECUTIVO e seus Anexos - Especificação, Cronograma físico-financeiro, Planilha Orçamentária e demais projetos (ANEXO II do Edital de Tomada de Preço 02/2012-SR/DPF/MS), sob a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

O presente contrato é vinculado ao Edital da Tomada de Preço nº 02/2012-CEL-SR/DPF/MS, processo nº 08335.001062/2012-19, e seus Anexos, a proposta e aos documentos apresentados pela CONTRATADA no procedimento licitatório.

Ao assinar o presente contrato, a CONTRATADA declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina do artigo 125, §4º, da Lei 12.465 de 2011..

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA as descritas no Edital, e ainda:

- a)** Promover a anotação, registro, aprovação, licenças e outras exigências dos órgãos competentes com relação ao Projeto Executivo e os serviços de Ampliação da DPF/PPA/MS, localizada na Av. Presidente Vargas, 70 – Centro – Ponta Porã-MS, para abrigar o anexo da Base de Inteligência Policial, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
- b)** Executar os serviços relacionados no item anterior sob a responsabilidade técnica do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao Edital;
- c)** Assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive de seguros contra acidentes no trabalho e incêndios, responsabilizando-se também por testes e ensaios tecnológicos exigíveis;
- d)** Responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou sub-contratados, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da União ou de propriedade de terceiros, durante a execução dos serviços;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

- e) Responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;
- f) Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
- g) Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas, até a conclusão dos trabalhos;
- h) Proceder a minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução do serviço contratado, de modo a apontar as eventuais omissões ou falhas que tenha observado, para que as mesmas sejam sanadas a tempo;
- i) Fornecer, para emprego na execução do serviço objeto, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável a cada caso, executando todos os serviços com esmero e perfeição;
- j) Acatar as decisões e observações feitas pelo Fiscal do Contrato, que serão formuladas por escrito em duas vias e entregues mediante recibo, cabendo a CONTRATADA o direito de recurso ao Superintendente Regional do DPF no Mato Grosso do Sul, no prazo de cinco dias úteis;
- k) Retirar do local dos serviços qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, dentro de prazo de 24 horas após receber a notificação desta;
- l) Retirar dentro de quarenta e oito horas, após receber a notificação, todo o material rejeitado pela fiscalização, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, o tudo que for impugnado, quer em razão de material ou da mão-de-obra;
- m) Sempre que pretender aplicar material ou equipamento “similar” na execução da obra, submeter à CONTRATANTE, através do Fiscal do Contrato, a correspondente consulta, acompanhada de laudos ou pareceres e levantamento de custos para a análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato;
- n) Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços objeto do presente contrato, em até 50% do valor inicial deste Instrumento de Contrato (parágrafo 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93) ;
- o) estar em dia no “Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF”, quando da apresentação das faturas e notas fiscais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

- p)** Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente contrato serão executados sob responsabilidade pessoal, direta e exclusiva da CONTRATADA.
- q)** Elaborar o Diário da Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro responsável, as informações sobre o andamento da obra.
- r)** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.
- s)** Empregar material florestal regularizado.
- t)** Observar as normas ambientais durante a execução da obra e as sobre gestão dos resíduos da construção civil.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a** - Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas.
- b** - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados.
- c** - Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados.
- d** - Efetuar os pagamentos devidos.
- e** - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.
- f** - Notificar a CONTRATADA da decisão da aceitação definitiva dos serviços.
- g** - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA GARANTIA

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela elaboração dos serviços objeto deste Instrumento de Contrato, o preço global total de **R\$** _____ (_____), que



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão, e cujo pagamento será efetuado de acordo com o cumprimento do cronograma físico-financeiro da obra, obedecendo-se ao subitem 18.4 do Edital de convocação. Os recursos para fazer face às despesas do presente instrumento correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao DPF no Orçamento Geral da União para o exercício de 2012, sob a seguinte classificação: Nota de Crédito nº 2012NC000674.

Parágrafo único: A contratada deverá apresentar garantia, conforme preconiza a lei 8.666/93, de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), e de R\$ _____ (_____). A integralização da garantia se dará no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato, sob pena de rescisão contratual, nos termos do item 20 do Edital de convocação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá solicitar o pagamento, ao final de cada mês, ao chefe do SELOG/SR/DPF/MS ou, em sua ausência, quem a substituir, e far-se-á em moeda corrente através de Ordem Bancária ao Banco do Brasil S/A., mediante apresentação de fatura em três vias, devidamente atestadas pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado por Portaria, que avaliará a conformidade dos serviços executados. A fatura deverá estar acompanhada de medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada, comprovando o cumprimento das etapas determinadas no Projeto Básico (**Anexo I e II** do Edital) e Cronograma Físico-Financeiro da obra (Anexo do Projeto Executivo).

Parágrafo Primeiro - O pagamento será efetuado na seguinte conta bancária, em período não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela:

Nome da Empresa: _____
Banco: _____
Agência bancária: _____
Nº da conta corrente: _____
Cidade: Campo grande/MS

Parágrafo Segundo - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o **IPCA** ou outro índice que venha a substituí-lo, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX/100) / 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- a) O prazo para execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do início das atividades.
- b) A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado da emissão da ordem de serviço pelo CONTRATANTE, para o início das atividades.
- c) O prazo de execução só poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra um dos motivos previstos no Parágrafo Primeiro do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente autuado em processo próprio e aprovado pela autoridade competente.
- d) A prorrogação de prazos, de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega da obra/serviços, poderá ser deferida pelo Sr. Superintendente Regional do DPF/MS, MEDIANTE PROVOCAÇÃO oportuna da interessada e manifestação por escrito do Chefe do SELOG/SR/DPF/MS, mantidas as demais cláusulas do contrato, desde que se enquadre nos casos elencados no artigo 57 da lei 8.666/93, autuado o processo pela Contratante ou pela fiscalização designada para acompanhar a obra, quando então será submetida ao exame do órgão de consultoria e assessoramento jurídico.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.2. - O prazo de vigência deste contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados da emissão da ordem de serviço pelo CONTRATANTE, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA NONA- DO REAJUSTAMENTO

O presente contrato não será reajustado durante sua vigência, permanecendo inalterado o valor inicialmente contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas dispostas abaixo, garantida a prévia defesa:

I - Advertência:

- a) Pela recusa imotivada em atender a solicitações, pertinentes ao objeto contratado, durante o seu prazo de execução;
- b) Pela recusa imotivada da Contratada em assinar aditivos, nos casos previstos no



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

inciso I do artigo 65 da Lei n.º 8.666;

II - Multas:

- a)** De 0,33 % (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor total do contrato, limitados a 3,3 % (três vírgula três por cento) do mesmo valor, por dia de atraso na execução do contrato, de acordo com a proposta da licitante;
- b)** De 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c)** De 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de paralisação na execução do contrato, seja pela empresa ou pelo responsável técnico por ela contratado, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
- d)** De 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em retirar a Nota de Empenho;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SR/DPF/MS, por prazo não superior a dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.2 - No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

11.3 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do subitem 11.1 desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II.

11.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da notificação.

11.5 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do valor do pagamento a que a Contratada fizer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, mediante motivação formal nos autos respectivos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei n.º 8.666/93, observando-se quanto à forma o disposto nos artigos



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

79 e 80 da mencionada Lei.

Parágrafo Único - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO NO CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei, desde que verificada negligência, imprudência ou imperícia da CONTRATADA, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93:

- a)** assunção imediata do objeto do Contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b)** retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
- c)** execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do contrato deverá ser publicado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, ainda que sem ônus, ressalvando o disposto no art. 26, em conformidade com o art. 61, § único, ambos da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado através de Portaria.

14.2 - Caberá à Fiscalização do Contrato, após vistoriar o local, atestar o cumprimento dos serviços.

14.3 - A vistoria definitiva para verificação dos serviços finalizados será realizada dentro dos cinco dias seguintes à comunicação escrita, pela Contratada, da conclusão dos serviços.

14.4 - Em caso de os serviços não estarem em conformidade com a proposta apresentada pela contratada na licitação e com os Anexos do Edital, a Fiscalização do



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

Contrato discriminará, através de termo, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos ao Setor de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/MS, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada da obrigação de sanar as irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

14.5 - Quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao fiel cumprimento do objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

14.6 - A fiscalização será exercida no interesse da SR/DPF/MS e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, quer seja por danos causados direta ou indiretamente ao Departamento de Polícia Federal, ou a terceiros, motivados por sua culpa ou dolo, ou, falta de recolhimentos fiscais, trabalhistas ou previdenciários incidentes sobre o contrato firmado, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.7 - À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas pela Fiscalização do Contrato, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.

14.8 - Concluídos os serviços, a Fiscalização do Contrato a receberá provisoriamente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes e dirigido ao Superintendente Regional do DPF no Mato Grosso do Sul, obedecendo-se o que dispõe o subitem 19.1.1 do Edital de convocação.

14.9 - Não concluídos os serviços dentro do prazo contratual, a Contratada estará sujeita às Sanções Administrativas previstas na Cláusula Décima deste instrumento contratual.

14.10 - Após o recebimento provisório, o Sr. Superintendente Regional do DPF no Mato Grosso do Sul providenciará a designação de Comissão de Recebimento dos Serviços, para comprovação do cumprimento total e adequado dos termos contratuais e efetuar o recebimento definitivo do objeto, obedecendo-se o que dispõe o subitem 18.1.2 e seguintes do Edital de convocação.

14.11 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços objeto da presente licitação, em 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sob as seguintes condições:

- a) O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.
- b) As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

verificação dos limites do art. 65, §1º, da Lei nº 8666, de 1993 (artigo 125, §6º, III, da Lei nº 12.465, de 2011).

- c) A formação do preço dos aditivos contratuais, contará com o orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão, mantendo-se, em qualquer aditivo, a proporcionalidade da diferença entre o valor global

14.12 - A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues, se em desacordo com os termos do Edital e Anexos, da proposta apresentada pela contratada na licitação e do presente contrato.

14.13 - Aceitos os serviços pela Contratante, a responsabilidade da Contratada subsiste na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA- QUINTA- DA SUBCONTRATAÇÃO

A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais assumidas, poderá, com a devida anuência da SR/DPF/MS, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido pela Administração, devendo a mesma, em cada caso, avaliar a conveniência de permitir a sub-contratação, respeitados os limites predeterminados, nos termos no Art. 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA- DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

É obrigação da contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de convocação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA — LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DO CONTRATO

Observar as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO FORO

Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Justiça Federal em Campo grande, Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi redigido este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelos representantes das partes contratantes na presença de duas testemunhas para que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campo grande, __ de _____ de 2012.

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional

(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: